

## **Custos do uso indevido de armas ajudariam a equilibrar contas públicas**

### **O alerta é do investigador José Manuel Pureza, que defende a divulgação dos custos com a utilização indevida das armas**

Por: [Redacção](#) | 2013-10-10 09:18

O investigador José Manuel Pureza defendeu, esta quinta-feira, que os custos muito elevados resultantes do uso indevido das armas deviam ser divulgados para serem reduzidos. A divulgação desses números representaria um «contributo importante» para o equilíbrio das contas públicas, afirma o investigador e coordenador do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais (CES).

Esses custos atingem o setor hospitalar, da justiça, policial e prisional, adiantou o investigador, que falava à agência Lusa a propósito da conferência «A violência da crise e a proliferação das armas», que decorre no próximo sábado em Lisboa.

O CES da Universidade de Coimbra divulgou em 2010 um estudo, referente ao período 2003/2008, que estimava um gasto médio anual para o Estado de cerca de 108 milhões de euros em custos diretos (tratamento hospitalar e perda de produtividade) e indiretos (como sofrimento e perda de qualidade de vida) dos crimes com armas de fogo.

Para o investigador, é muito importante que haja estudos periódicos que mostrem esses números para que a sociedade portuguesa os conheça e para que se possa confrontar com eles. «Esses números existem, são públicos e são números impressionantes de custos para a saúde» e com «um impacto incalculável na vida e na tranquilidade das pessoas», sublinhou.

José Manuel Pureza explicou que esses números não são divulgados porque a sociedade ainda tem a crença de que Portugal é um «país de brandos costumes». «Nós temos uma imagem feita, pouco discutida, que de que somos uma sociedade pacífica» e que os casos de violência armada são «meros episódios e, portanto, continuamos a viver à sombra de uma imagem feita que não corresponde à realidade».

Contudo, advertiu, Portugal tem «um volume de armas ligeiras, legais e ilegais, de dimensão preocupante» e existem «comportamentos quotidianos, designadamente no foro doméstico, em que a existência de uma arma de fogo é um elemento central, seja porque é utilizada ou porque existe a ameaça de vir a ser utilizada».

O estudo do CES «Violência e armas ligeiras: Um retrato português», divulgado há três anos, estimava a existência em Portugal de 1,2 milhões de armas de fogo ilegais e 1,4 milhões legais, sem contar as

pertencentes a forças de segurança e militares.